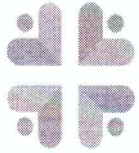




1 ATA da 190º da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde – CMS de Lucas do
2 Rio Verde/MT. Ao décimo quinto dia do mês de março de dois mil e dezessete (2017), às
3 07h33m, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Saúde na
4 Escola de Saúde Pública cito a Rua Catuípe, 1309 E, Bairro Cidade Nova, Lucas do Rio
5 Verde – MT, onde estiveram presentes os seguintes membros: Fabiana Marroni de Souza
6 (Representante Titular da Secretaria Municipal de Saúde), Caroline Bernardi de Melo
7 (Representante Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação), Luiz
8 Henrique Maciel da Silva (Representante Suplente do SAAE), Bárbara Luiza Rosa
9 (Representante Titular da AMELUV), Paulo Henrik Montecelli Cavalcanti (Representante
10 Titular da ABO), Ezequiel Fernandes Monsão (Representante Suplente dos ACS), Victor
11 Hugo Stefanello (Representante Titular da Associação dos Moradores do Bairro Pioneiro),
12 Mauri Zacarias Alves (Representante Titular do Clube do Idoso de Bem com a Vida),
13 Regina Mara de Freitas (Representante Titular da APAE), Vera Terezinha Faccin
14 Carpenedo (Representante Titular da ALI – Ass. Luverdense de Imprensa), Carolina
15 Dassoler (Representante Titular da OAB-LRV), João Salvador de Freitas (Representante
16 Titular do COMEL), Epifânia Rita Vuaden (Representante Suplente do Instituto Pe. João
17 Peter), Jean Jhoni Machado (Secretário de Saúde e membro nato), Keli Aparecida Paludo
18 Fernandes (Coordenadora da Vigilância em Saúde), Nathalia Mendonca Costa Lima
19 (Médica Reguladora) e Juliana Tirloni Pinto (Coordenadora de Convênios da Prefeitura
20 Municipal). A reunião foi presidida pelo Presidente Victor Hugo com a leitura das ATA
21 188 e 189, sendo aprovadas por todos. Logo após ele solicita inserção de pauta: Inserção
22 de Pauta: Atestado de Conclusão da UPA, sendo aprovado de forma unânime. Passa-se a
23 **Pauta 1:** Relatórios de atendimentos e demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
24 Nathália discorreu a respeito do número de atendimentos do Consórcio e da AMELUV. E
25 ressaltou que técnicos de saúde de Sinop recomendou que não se relacionar o nome
26 médico ao do paciente, pois correrá o risco de gerar vínculo trabalhista deste
27 profissionais, e ela tem obtido orientações para se fazer de forma correta utilizando-se os
28 códigos do sistema. AS consultas te sido realizadas, atendendo a variadas demandas como
29 pré-cirúrgico e urgência. Ela que os pacientes demonstraram gratidão, pois eram pacientes
30 que realmente necessitavam e completa afirmando que os profissionais tem se dedicado
31 aos atendimentos. Victor lê alguns números do relatório e Fabiana discorre foi
32 encaminhado junto com a pauta, três relatórios por CBO para melhor entendimento. Em
33 seguida passa-se a **pauta 2:** SISPACTO 2017. Explica a respeito do que se trata o
34 documento, com o fim de avaliar a saúde do Município. Ela pontua que é necessário se
35 fazer um levantamento da série histórica para se conhecer melhor os indicadores e
36 pontuou alguns como: gravidez na adolescência, em que a nossa região possui o menor
37 índice, mortalidade materna e fala que agora eles incluíram o matriciamento do CAPS
38 como novo indicador. Keli discorre sobre a cobertura vacinal, dentre outros. Bárbara fala
39 que o matriciamento irá favorecer muito a atenção primária e nesse caso, o especialista
40 faz em conjunto com o médico de Saúde da Família, aumentando a resolutividade. Abre-
41 se para a votação, sendo aprovada por todos. **Pauta 3:** Atestado de Conclusão da UPA.
42 Jean passa a discorrer sobre a obra da UPA e cita a inauguração do prédio e que foi
43 providenciado a documentação de conclusão para se apresentar na reunião da CIR
44 (Comissão Intergestores Regional) e, após aprovada, seguiria para a reunião da CIB
45 (Comissão Intergestora Bipartite), havendo, posteriormente, uma avaliação final do
46 Ministério da Saúde, sendo liberado o último repasse. Jean fala que a Secretaria tem
47 buscado providenciar todos os materiais necessários para o funcionamento da UPA. Ele
48 agradece a inclusão de pauta e discorre sobre alguns probleminhas, como o posto Central,
49 que não consegue atender todas as demandas. Ele disse que está sempre em visita a essa
50 unidade e isso poderá ser sanado com a UPA 24 horas. Mas ainda é necessário preparar
51 melhor os profissionais que atendem na ponta, pois muitos problemas podem ser



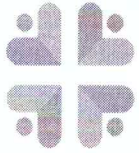
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CASA DOS CONSELHOS

Av. São Paulo, Nº 80 - Bairro Alvorada
CEP 78.455-000 - Lucas do Rio Verde - MT

Tel.: (65) 3548-2591

52 resolvidos dentro da própria Unidade Básica. Ele ainda fala que somos um município
53 diferenciado na área da saúde. Mas algumas questões pontuais precisam ser corrigidas em
54 prol da comunidade. Foi colocado em votação, sendo aprovado pelo pleno. Victor passa a
55 palavra a Fernanda Dotto para falar acerca da realidade do Hospital São Lucas. Carolina
56 Dassoler pede a palavra e fala sobre a importância de o Conselho ouvir variadas
57 informações da população, mas que estas devem ser cheçadas para ver a sua veracidade.
58 E, para nos posicionarmos, precisamos de informações, sendo necessário esses
59 esclarecimentos para conseguir dar o devido retorno a população. A convidada Juliana
60 Tirloni cita a portaria 10 de 3 de janeiro de 2017 do FNS e explica como se dá o processo
61 em há a inserção do atestado de conclusão da obra da UPA no SIMOB, para depois ser
62 levado a CIB, e depois ha um prazo de 30 dias para vistoria in loco ou a aprovação sem
63 vistoria. E, caso haja algum apontamento, este deve ser corrigido para haver aprovação do
64 Fundo Nacional de Saúde. Tendo a obra sido aprovada, passa-se ao trâmite no Ministério
65 da Saúde, e daí haverá o empenho para o pagamento da última fase. Ela ainda fala que na
66 série histórica até 2014 não havia atrasos, mas a partir do ano citado, a segunda parcela
67 teve um atraso de 11 meses. Após o recebimento da ultima parcela, o município tem 90
68 dias para colocar a UPA em funcionamento, havendo o tramite de credenciamento para se
69 receber o custeio mensal de cerca de R\$100,00 (cem mil reais), sendo de
70 responsabilidade do município o restante do valor. O Secretário Jean disse que o valor foi
71 alterado para R\$175,00 (cento e setenta e cinco mil reais) mensais e que a Secretaria de
72 Saúde irá investir cerca de R\$700,00 (setecentos mil reais) por mês na UPA. Ele discorre
73 sobre se as nossas 16 unidades forem bem trabalhadas, poderia sotimizar a atenção básica
74 para o atendimento à população. Ele admite que o Conselho é o local em que se deve
75 discutir os temas. Jean fala que devemos defender o nosso usuário. Ele discorre sobre e
76 Posto Central e fala que o grande problema hoje que se deve repensar é algumas maneiras
77 de flexibilidade de atendimentos nas unidades como aumento de horários, citando um
78 case de sucesso no Ceará, onde mensalmente é feito um rodízio em que a unidade fica
79 aberta no sábado e no domingo. Jean explicou sobre a fila antes das 7h00m ser devido as
80 pessoas chegarem antes do horário de abertura do posto. E que, pessoas com más
81 intenções, postam sobre a fila no facebook, sendo que o motivo é elas terem chegado
82 antes horário de abertura. Jean fala sobre as unidades estarem fechadas nos finais de
83 semana e a maioria da população recorre ao Central, causando insatisfação com a equipe
84 que existe. Ele pediu para que se colocasse na pauta do Conselho se estudar a melhor
85 forma de alteração dos horários de atendimento das unidades básicas. Bárbara afirma que
86 se houvesse um horário estendido, poderá diminuir o número de plantonistas na UPA.
87 Jean explica que a fala de Juliana é para mostrar que, provavelmente, esse ano a UPA não
88 irá funcionar, devido a morosidade do processo do Governo Federal. E Juliana explica
89 sobre repasses prorrogados no ano passado, e se não tiver a entrega da obra, haverá
90 apontamentos pelo Tribunal de Contas do Estado -TCE. Jean ainda fala da dificuldade no
91 custeio do funcionamento da UPA devido a crise financeira do país, o que reflete no
92 município. E os conselheiros passam a falar a respeito. Fabiana afirma que o orçamento
93 para a Saúde para o exercício de 2017 é de R\$50 milhões segundo LDO aprovada pela
94 Câmara. Ezequiel fala que o atendimento do final de semana no Central não poderá feito
95 em um PSF por questões técnicas e a Dra. Nathália responde que a maioria dos
96 atendimentos no final de semana são demandas de PSF. Vera fala que deveremos fazer
97 um projeto para esse novo horário de atendimento, devido ao crescimento da cidade e
98 pontua que hoje há uma nova massa trabalhadora no município pois não somos um
99 município rico, como se falam em outros locais. Ela cita que, de acordo com a receita
100 municipal, a Prefeitura investe por ano R\$230,00(duzentos e trinta reais) por habitante
101 para resolver: saúde, educação e outros serviços. Juliana afirma que esse ano será
102 realizado o PPA (Plano Pluri Anual) para os próximos 4 anos e o Conselho precisa expor



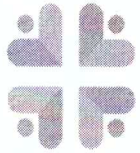
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CASA DOS CONSELHOS

Av. São Paulo, Nº 80 - Bairro Alvorada
CEP 78.455-000 - Lucas do Rio Verde - MT

Tel.: (65) 3548-2591

103 as necessidades e se fazer presente nas audiências públicas para reivindicar as políticas de
104 direito social. O Secretário Jean cita que o empreiteiro da UPA até hoje não foi pago e
105 Juliana esclarece que depende do recurso do governo Federal especificamente para esse
106 fim, o que não aconteceu, pois o edital especifica que parcelas serão pagas conforme
107 recebimento do Fundo Nacional de Saúde e os 10% será a última parcela. Fernanda
108 retoma o assunto do hospital e achou pertinente que, na ata da reunião 189 do Conselho
109 de Saúde, os conselheiros citaram a defasagem da tabela SUS fazendo com que a cada
110 R\$1.00 investido do SUS, o Hospital investe R\$6.00. Ela discorre sobre os altos custos de
111 se manter os serviços de saúde e faz uma comparação com o que o Jean falou sobre a
112 UPA ter um custo de mais de R\$700 mil mesmo sem ter internação, centro cirúrgico, UTI,
113 dentre outros serviços e explica que o hospital é uma estrutura muito maior que possui
114 alto custo de manutenção. Ela fala que há muitos anos acompanha de perto o Hospital e
115 historicamente ele atende muito mais do que o contratualizado e pontua que não são
116 dívidas da prefeitura, do Sr. Marino ou do Pivetta, mas o alto custo do leito SUS. O
117 Hospital São Lucas é uma entidade filantrópica e a maior parte dos pacientes são
118 atendidos via convenio SUS, pagos através da Secretaria de Saude, e não é direto com o
119 Ministerio da Saúde devido a prioridade de repasses deste ser entes públicos antes das
120 entidades privadas. Uma vez que a prefeitura é a gerenciadora dessas AIHs - Autorização
121 de Internação Hospitalar, o governo passa a verba para a Prefeitura que realiza os
122 pagamentos. Ela afirma ser importante os conselheiros saberem que a Prefeitura atende
123 pelo credenciamento SUS nas internações, mas o pronto atendimento não é credenciado
124 SUS e, por isso, eles não são porta aberta. Dessa forma quando chega um usuário do SUS
125 no pronto atendimento, pede-se que passe antes pelo Posto Central para melhor controle e
126 organização porque o fluxo exige. Fernanda fala que, em relação as internações, em 2013
127 tivemos 94 internações por mês e foi necessário fazer uma série histórica, mas isso é
128 difícil porque depende de outros entes federados. Ela afirma que quem manda o número
129 de internações é o governo do Estado e, depois, a Secretaria Municipal de Saúde reenvia
130 um número que vale por quatro meses, e que em 2016 a Secretaria do Estado de Saúde
131 não informou nenhum excedente, somente os faturados, dados obtidos por meio de um
132 sistema de informações fornecido pela Prefeitura que permite comprovar esses
133 atendimentos. Hoje há 148 AIHs sendo estes faturados, mas não há cobertura de todos os
134 custos de internação, sendo 1R\$ do SUS para 6R\$ do Hospital. Fernanda também
135 esclarece que só é faturado o Contrato de Gestão de prestação de serviços Médicos e de
136 Enfermagem à Prefeitura, após faturar as AIHs para não incorrer no erro de duplicidade
137 de pagamento. Sendo assim, já há um déficit do valor pago pela AIHs e ainda o Hospital
138 tem atendido um número maior, devido a necessidade. Há uma parceria com a Prefeitura,
139 e no ano passado houve um repasse para pagamento das obras de ampliação e
140 equipamentos, não sendo permitido o pagamento das subvencões. E a prefeitura é ativa na
141 parceria com o Hospital, sendo ela a maior cliente, pois 70% dos atendimentos são aos
142 pacientes do SUS. Por isso há falta de orçamento. Fernanda afirma que foi apresentado a
143 nova equipe da Secretaria de Saúde o que é a terceirização e a forma como ela acontece e
144 que eles entendem que precisa fazer a complementação. Ela pontua que serão mais
145 difíceis os repasses do Estado com a saída do Secretário João Batista do cargo. O
146 Secretário Jean cita que o pensamento de outros municípios é que Lucas, Sorriso e
147 Mutum não necessita de repasses por que são municípios ricos e que deveremos ajudar
148 outros municípios. Fernanda cita o custo do parto cesariana de R\$513,00 (quinhentos e
149 treze reais) mas o custo é muito alto, pois precisa de vários especialistas tais como
150 ginecologista, anestesistas e pediatra. Em dezembro o Hospital São Lucas prestou conta a
151 todos os conselheiros da Fundação sobre déficit de R\$180,00 mil por mês oriundos desses
152 atendimentos somados a nova ala do hospital, passando a um patamar elevadíssimo, mas
153 a nova ala não é totalmente utilizada por que ainda não há demanda de pacientes de



**CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE**

CASA DOS CONSELHOS

Av. São Paulo, Nº 80 - Bairro Alvorada
CEP 78.455-000 - Lucas do Rio Verde - MT

Tel.: (65) 3548-2591

154 outros municípios operarem ali. Fernanda discorreu sobre a UTI e o convênio com o
 155 Governo do Estado que ainda não foi assinado. Mas a dívida existe, e esse repasse de
 156 R\$1.880.000,00 (hum milhão, oitocentos e oitenta mil reais) foi encaminhado ao
 157 Conselho de Saúde com plano de trabalho e a prestação de contas será enviado para a
 158 Prefeitura, para Câmara e para o Conselho. Ela fala que para manter a filantropia não
 159 pode atrasar salários e a demanda do próprio contrato com a Prefeitura baixou muito,
 160 devido aos ajustes de médicos e especialistas pela Regulacão. Agora a Secretaria de
 161 Saúde juntamente com o hospital devem verificar qual o modelo adequado para suprir e
 162 se ter melhor controle. Fernanda cita sobre as visitas que o Jean tem feito às internacões
 163 do hospital e da falta de pediatras. Ela falou sobre a obra no hospital, e que não havia
 164 mais dinheiro para pagamentos, sendo necessário recorrer a empréstimo para suprir essa
 165 demanda. Ela fala que há uma dívida de 2009 de R\$101.000 (cento e hum mil reais), pois
 166 a contabilidade desse período não recolheu o FGTS corretamente. Fernanda discorre mais
 167 um tempo sobre o alto custo de se manter o hospital. Carolina Dassoler fala sobre o que
 168 foi levantado na reunião passada, e indaga a respeito do real motivo que fez o hospital
 169 chegar a esse ponto e como será resolvido daqui pra frente. Jean acredita que faltou
 170 comunicação e explicacão à populacão e precisamos deixar claro os investimentos. Ele
 171 também fala que as dívidas devem ser sanadas e deseja que até o meio do ano, o hospital
 172 terá suas dívidas pagas, mas isso pode voltar a acontecer, devido a demandas de
 173 atendimentos. Vera fala que em relacão a mídia, há uma parceria da ALI para apoiar o
 174 hospital e esclarece que as variadas publicacões nas redes sociais fogem ao controle, pois
 175 é gratuito e de responsabilidade de quem o fez, e que os filiados da ALI fazem uma
 176 campanha pró-hospital. Jean discorre que os novos contratos com o hospital será
 177 adequado e se pagará justamente. Caroline Dassoler fala que a populacão deve ajudar o
 178 hospital e sugere uma mobilizacão para conscientizar sobre o que é o Hospital São Lucas,
 179 que ele não é privado, dentre outras informacões. O Secretário de Saúde Jean fala ser
 180 importante que a Secretaria de Saúde, Hospital São Lucas e Conselho de Saúde falem a
 181 mesma língua, passando isso a populacão, pois o Hospital é a nossa única referênciã, e
 182 dependemos dele. A reunião encerrou-se às 09h20m, eu Alzenir Rodrigues Heler
 183 Delgado, lavrei a presente ata contendo 04 (quatro) páginas digitadas sem rasuras, com
 184 185 (cento e oitenta e cinco) linhas, que será assinada por mim, pelo presidente e por
 185 todos os presentes.

186 *Alzenir Rodrigues Paul Delgado*
 186 *Caroline Bernardi de Melo* *Fabiana Marioni de Souza*
 187 *Alzenir Rodrigues Paul Delgado* *Caroline Bernardi de Melo* *Fabiana Marioni de Souza*
 188 *Alzenir Rodrigues Paul Delgado* *Caroline Bernardi de Melo* *Fabiana Marioni de Souza*
 189 *Alzenir Rodrigues Paul Delgado* *Caroline Bernardi de Melo* *Fabiana Marioni de Souza*
 190 *Alzenir Rodrigues Paul Delgado* *Caroline Bernardi de Melo* *Fabiana Marioni de Souza*
 191 *Alzenir Rodrigues Paul Delgado* *Caroline Bernardi de Melo* *Fabiana Marioni de Souza*
 192 _____
 193 _____
 194 _____
 195 _____
 196 _____
 197 _____
 198 _____
 199 _____
 200 _____
 201 _____
 202 _____
 203 _____
 204 _____